

MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO



MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS

2015

MAST: 30 ANOS DE PESQUISA

Volume 1

Museologia e Patrimônio

Organização: Marcus Granato

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI

Rio de Janeiro, Novembro de 2015.

Museu de Astronomia e Ciências Afins
Heloisa Maria Bertol Domingues

Coordenação de Museologia
Marcus Granato

Coordenação de Documentação e Arquivo
Marcio Rangel

Coordenação de Educação em Ciências
Eugênio Reis Neto

Coordenação de História da Ciência
Christina Helena da Motta Barboza

Coordenação de Administração
Carlos Roberto Conceição

Coleção MAST: 30 Anos de Pesquisa

Organizadores

Heloisa Maria Bertol Domingues, Marcus Granato, Christina Helena da Motta Barboza e Maria Esther Alvarez Valente

Volume 1

Título: Museologia e Patrimônio

Organização

Marcus Granato

Comitê Científico

Antonio Carlos Augusto da Costa, Daniella de Carvalho Sophia, Marcio Rangel, Marcus Granato, Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro.

Diagramação

Marcus Granato

Capa

Ivo Almico

Publicado por/Editor: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)
Rua General Bruce, 586
S. Cristóvão
Rio de Janeiro, BRASIL
20.921-030

Data: 2015

ISBN: 978-85-60069-69-9

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do MAST.

M986

Museologia e patrimônio / Organização Marcus Granato.-- Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. 344p. (MAST: 30 anos de pesquisa, v.1)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-60069-67-5 (obra compl.).--- ISBN 978-85-60069-69-9 (v.1)

1. Museologia. 2. Patrimônio científico e tecnológico. 3. Preservação. 4. Arquivos científicos. 5. Coleções. I. Granato, Marcus. II. Título: Mast 30 anos de pesquisa. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins.

CDU: 069.01

SUMÁRIO

Museologia e Patrimônio

Apresentação <i>Heloisa Maria Bertol Domingues</i>	01
Introdução <i>Marcus Granato</i>	04
Cultura Material e Museologia: considerações <i>Tereza Cristina Moletta Scheiner</i>	16
Pesquisas sobre a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia a partir de uma Parceria Luso-Brasileira <i>Marta Catarino Lourenço; Marcus Granato</i>	49
Os Museus e a Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil <i>Marcus Granato; Fernanda Pires Santos</i>	78
Objeto, Informação e Materialidade: esboço de uma pesquisa em curso <i>Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro</i>	120
A Documentação dos Acervos Científicos e Tecnológicos e o MAST: uma história a partir das memórias <i>Claudia Penha dos Santos; Marcus Granato</i>	141
Os Arquivos Pessoais como Fonte: reconhecendo os tipos documentais <i>Maria Celina Soares de Mello e Silva</i>	177
A Conservação-Restauração de Documentos Arquivísticos: reflexões sobre a tarefa de avaliação e priorização <i>Ozana Hannesch; Marcus Granato</i>	204
A Pesquisa Científica em Museus, Arquivos e Bibliotecas <i>Antonio Carlos Augusto da Costa; Márcia Teresa Soares Lutterbach</i>	243
A Preservação de Coleções Científicas de Objetos Arqueológicos Metálicos <i>Guadalupe do Nascimento Campos; Marcus Granato</i>	269

A Trajetória da Política Nacional de Museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro <i>Marcio Rangel; José do Nascimento Júnior</i>	297
As Políticas de Preservação do Patrimônio na Arena Federal sob a Gestão de Renato Soeiro (1967-1979) <i>Daniela Carvalho Sophia</i>	316
ANEXO - Projetos de Pesquisa Desenvolvidos em Museologia e Preservação de Acervos de C&T no MAST (1998 - 2015) <i>Marcus Granato</i>	339

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

COLEÇÃO MAST: 30 ANOS DE PESQUISA

APRESENTAÇÃO A PESQUISA CIENTÍFICA E O MAST



Imagem da entrada do prédio sede do MAST (Foto: Jaime Acioli, 2010)

O MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins nasceu há 30 anos como museu de ciências e instituto de pesquisa científica, em história das ciências, educação não formal de ciências; museologia e preservação de acervos de ciência e tecnologia. Nesse tempo, tem priorizado o estudo do passado da produção científica brasileira e da sua cultura. Ser um instituto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação impôs uma aproximação com as ciências físicas, químicas, matemática e da terra; basicamente, ciências trabalhadas pelos demais institutos científicos do Ministério. Nesse tempo, o MAST formou um arquivo de História das Ciências, especializado na guarda de acervos de cientistas e de instituições científicas, que hoje abrange diferentes áreas das ciências, superando em muito as áreas às quais se limitou inicialmente. Formou também uma significativa coleção de instrumentos científicos, principalmente, de astronomia, mas também de física, de química, de geografia, preservados em suas reservas técnicas e compondo espaços de exposições do Museu, visando a socialização do patrimônio científico sob sua guarda e a divulgação de conhecimentos para o público.

O MAST nasceu em meados da década de 1980, momento em que regressavam ao país muitos cientistas que o haviam deixado após o golpe de estado militar, nos anos 1960. Tanto quanto o social e político, o panorama científico havia mudado. A política governamental orientava a produção científica e havia definido, através dos planos de desenvolvimento econômico, que a mais moderna tecnologia, em geral importada, dos satélites aos computadores, seria objeto de pesquisas prioritárias. Novas instituições científicas nasceram dessa política. Os centros de produção da ciência mais tradicionais do país, aqueles que haviam sido deixados pelos cientistas que voltavam, sofriam um processo agudo de sucateamento. Foi então o momento de clamar por uma política que fomentasse a criação de instituições de memória e história das ciências brasileiras, que pudessem moldar uma identidade científica do país. O MAST nasceu daquele clamor da comunidade científica.

Por muito tempo o MAST viveu o dilema de ser uma instituição de divulgação científica ou uma instituição de pesquisa e de guarda de acervos. Ao tornar-se balzaquiano o MAST superou a velha dicotomia e é hoje uma instituição reconhecida pelas áreas das ciências físicas e naturais como uma

instituição de ciências humanas e sociais, cujo trabalho visa o público do museu, o público dos arquivos, os cientistas com os quais dialoga, colabora e faz avançar os conhecimentos sobre a cultura científica, práticas, realizações e inserção social das ciências. Visa ainda os estudantes, principalmente aqueles que passou a formar em suas pós-graduações, e o público escolar que frequenta diariamente suas exposições e o campus, onde encontram-se as cúpulas originais que serviam à observação para os astrônomos. O MAST é hoje instituição interdisciplinar. Divulga e discute o papel social e político das ciências no cotidiano, dos laboratórios e além deles, na vida de cada um.

Em 2015, ano em que completa 30 anos de história, o MAST, por meio de ações estratégicas e de sua produção científica, técnica e educacional, mostra-se como uma referência nas suas especialidades: História das ciências e tecnologia, Educação não formal e Popularização das ciências, Museologia e Preservação de acervos científicos e tecnológicos. A instituição, que teve papel histórico fundamental e pioneiro na implantação dessas áreas no País, realiza um esforço permanente para o desenvolvimento e a institucionalização das mesmas, em âmbito nacional e internacional.

A Coleção *MAST: 30 Anos de Pesquisa* visa replicar conhecimentos produzidos e adquiridos, apresentando resultados dos trabalhos de pesquisadores. Não é um livro de história das suas pesquisas, tampouco se pretende exaustivo no que apresenta. O seu objetivo é servir à comunidade, divulgar conhecimentos, contribuir para o debate social e acadêmico das áreas de ciências as quais construiu e institucionalizou, juntamente com colegas de outras instituições, de outros estados brasileiros e países.

São três volumes, cada um discutindo temáticas de pesquisa diferentes: Museologia e Patrimônio; Educação e Divulgação da Ciência; Histórias de Ciência e Tecnologia no Brasil.

Heloisa Maria Bertol Domingues

Novembro de 2015



Vista das colunas com elementos coríntios de fuste liso, prédio sede do MAST, encimadas pelo vitral do grande hall central (Foto: Jaime Acioli, 2010).

INTRODUÇÃO

Historicamente, no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, a pesquisa esteve originalmente relacionada com a área de História das Ciências. Desde a própria criação do Museu, havia a proposta de desenvolver estudos sobre a história das ciências e da tecnologia no Brasil. Com o passar dos anos, outra área de pesquisa se delineou, a de Educação em Ciências em Espaços não Formais, passando inclusive a ser referência para os estudos desenvolvidos sobre o tema no país. Outros dois volumes dessa Coleção se debruçam sobre essas respectivas áreas de desenvolvimento.

As pesquisas voltadas para os acervos de ciência e tecnologia aparecem na Instituição um pouco mais tardiamente, reflexo inclusive da titulação dos profissionais que atuavam e atuam nesse tema. O primeiro registro documental encontrado que se relaciona à atividade de pesquisa na área de Museologia e Patrimônio trata-se de um documento de 2000, que menciona existir apenas uma linha de pesquisa em atividade na Coordenação de Museologia denominada Preservação do Acervo Museológico do MAST (bens móveis e imóveis). Nesse contexto, são citados três projetos de pesquisa:

- Análise tecnológica do acervo instrumental do MAST, iniciado em 1998.¹
- Conservação e restauro de instrumentos científicos, iniciado em 1999.
- Conservação e restauro de edificações históricas, iniciado em 2000.

Assim, apesar da equipe ainda não contar com doutores, desenvolviam-se atividades de pesquisa pelo menos desde 1998.

Outro registro que documenta a existência de pesquisas sobre assuntos correlatos é o Projeto Especial para o Programa de Capacitação Institucional (PCI) do MAST, período 2000/2002. No documento, apesar do título do Projeto ser "Pesquisa e desenvolvimento em história da ciência, educação e popularização científica", portando mencionando apenas as duas áreas de

¹ Em anexo, se encontra uma listagem de projetos de pesquisa desenvolvidos na temática do volume, com seus períodos de realização e equipes. É preciso esclarecer que não foi intenção desse registro incluir todas as iniciativas de investigação realizadas, em função do período curto para a pesquisa documental necessária.

pesquisa já citadas, existe um terceiro subprojeto denominado "Preservação da Coleção de Instrumentos do MAST: Formas de aquisição e reserva técnica", que demarca claramente a existência de frente de investigação independente das duas áreas já consolidadas na Instituição.

A análise dos objetivos específicos desse terceiro subprojeto permite constatar quais os assuntos que seriam pesquisados naquela época:

- Definir uma política de aquisição/descarte para o acervo de instrumentos científicos do MAST que possa ser utilizada em nível nacional para acervos semelhantes, com destaque para a coleta de objetos técnico-científicos contemporâneos;
- Propor formas de utilização da coleção de instrumentos científicos considerando-a no contexto do museu;
- Avaliar os espaços de reserva técnica aberta do MAST;
- Propor a criação de novos espaços de reserva técnica para objetos de grande porte e para as futuras aquisições;
- Pesquisar técnicas de conservação e restauração para a coleção de instrumentos científicos;
- Produzir materiais de divulgação com o resultado das pesquisas.

Percebe-se que havia a necessidade de incluir muitos tópicos no Sub-Projeto, pela possibilidade de marcar espaço dentro da Instituição, mesmo sendo o número de bolsistas muito reduzido (apenas 2) e o prazo curto (2 anos), e que os objetivos relacionavam-se com o contexto institucional, mais especificamente com aspectos da coleção de instrumentos científicos² do Museu.

Em 2001, outra iniciativa, agora de maior vulto, iniciou seu desenvolvimento a partir da estruturação de uma rede de instituições para submeter um projeto de envergadura a edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq aberto, pela primeira e única

² Nessa época ainda se utilizava o termo para denominar o conjunto de objetos que compunham a coleção principal do Museu. A partir de 2004, foi cunhado o termo "objetos de Ciência e Tecnologia" para poder abarcar de forma mais adequada a variedade de artefatos que fazem parte das coleções museológicas do MAST.

vez, sobre preservação de acervos culturais. Liderando a rede estava a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do Laboratório de Corrosão do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais, sendo as demais instituições componentes a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através do Departamento de Química Analítica (DQA) do Instituto de Química (IQ), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT), através da Coordenação de Museologia (CMU), e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT/MCT), através do Laboratório de Corrosão (LACOR). A rede se estruturou em torno de um projeto que se denominava "Desenvolvimento de Metodologias Científicas de Conservação e Restauração de Objetos Metálicos Expostos ao Relento (outdoor) e em Ambientes de Museus (indoor) - CONSERMETAL". O Projeto foi aprovado pelo CNPq e obteve recursos, significativos na época, de R\$137.921,00 (cento e trinta e sete mil novecentos e vinte e um reais).

Em 2004, também no âmbito do mesmo Programa de Capacitação Institucional já citado, o Sub-Projeto voltado para a terceira área de pesquisa que se desenvolvia na Instituição denominava-se "Preservação de coleções em C&T: Institutos de Pesquisa do MCT - FASE I", onde se verifica a ampliação do número de bolsas (3 DTI para profissionais e 3 ITI para graduandos em áreas de interesse do sub-projeto) e do foco da pesquisa, que passa a ser, em parte, extramuros, voltada para acervos de outras instituições de pesquisa do Ministério. Os objetivos específicos estão a seguir:

- Pesquisar os objetos ainda existentes em parte dos institutos do MCT (CBPF, INT, IEN), de forma a avaliar sua importância histórica e possível preservação pelas instituições proprietárias;
- Produzir conhecimento sobre a história da ciência utilizando as informações coletadas nessas instituições, avaliando os processos históricos relacionados;
- Realizar intercâmbio com especialistas e instituições afins, promovendo a coleta de informações sobre os objetos de interesse, a qualificação das equipes e a disseminação do conhecimento adquirido no projeto.
- Pesquisar o patrimônio edificado do campus MAST-ON e estudar seus estilos e melhores formas de conservação e intervenção;

- Produzir materiais de divulgação com o resultado das pesquisas de forma a socializar o patrimônio estudado;
- Pesquisar materiais e concepções para vitrines de exposição de acervos de C&T, propiciando sua melhor conservação e exposição.

Verifica-se que, apesar do título apontar apenas para pesquisas fora do Museu, nos objetivos específicos estão inseridas perspectivas de atuação também dentro do MAST. Provavelmente, essa forma explícita de mostrar a atuação da Instituição para fora dos seus limites tem relação com a necessidade de afirmação do Museu como instituto de pesquisas de alcance nacional.

Nesse momento, um fato que marca formalmente a existência de estudos sobre temas relacionados a acervos e sua preservação é a instituição do Grupo de Pesquisas "Preservação de Acervos Culturais" - GPPAC, registrado no CNPq em 2004 e chancelado pela instituição³. Trata-se do segundo Grupo de Pesquisas registrado na área de Museologia do CNPq⁴, estando sediado na Coordenação de Museologia do MAST. Recentemente, o GPPAC passou a ser denominado "Museologia e Preservação de Acervos Culturais" - GPMPAC, em função da ampliação dos estudos mais relacionados com a Museologia na Instituição, exigindo que a denominação do Grupo de Pesquisa se alterasse para que caracterizasse melhor os temas de pesquisa ali desenvolvidos.

Desde 2004, no âmbito da Coordenação de Museologia, vem se desenvolvendo projetos de pesquisas voltados aos acervos da instituição e a aspectos relevantes da Museologia e do Patrimônio. Uma característica comum a esses projetos é que, em geral, possuem recursos externos ao orçamento institucional, obtidos em editais de agências de financiamento (CNPq, FAPERJ e FINEP). Podemos citar alguns: "Objetos de C&T como fonte documental para a História das Ciências"; "Divulgação científica: as coleções e seu papel na linguagem expográfica"; "Thesaurus de acervos científicos em língua Portuguesa"; "Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro"; "A Construção e

³ O Grupo é liderado por Marcus Granato e, a partir de 2013, tem a vice-liderança de Marcio Rangel. Disponível em: <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/390161911122900>. Acesso em: 09 nov. 2015.

⁴ O primeiro Grupo de Pesquisas na área de Museologia registrado no CNPq foi o GP "Museologia e Patrimônio", em 2001, liderado pela Profa. Tereza Cristina Moletta Scheiner, da UNIRIO.

Formação de Coleções Museológicas"; "Pesquisa e Desenvolvimento de Metodologias de Conservação e Caracterização Microanalítica de Objetos Metálicos pertencentes a Coleções Científicas Arqueológicas"; "Musealização como Processo Informacional"; "Patrimônio Cultural Luso-Brasileiro de Ciência e Tecnologia: pesquisa, análise e acessibilidade", dentre outros.

O GPPAC/GMPAC, desde sua organização, possui duas linhas de pesquisa onde se dividem os projetos:

- Patrimonialização e musealização nos domínios da ciência e
- Teorias e princípios da organização e conservação de acervos.

O desenvolvimento das pesquisas no âmbito do GPPAC/GMPAC teve forte impacto com o advento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG PMUS, proposto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em parceria com o MAST. A partir de 2006, primeiro ano de funcionamento do curso de mestrado do PPG PMUS, houve um incremento significativo da atividade do Grupo, especialmente em relação à produção de publicações e realização de eventos acadêmicos. Esse aspecto se acentua com a criação do curso de Doutorado a partir de 2011.

Originalmente, o Grupo incorporou os profissionais das Coordenações de Museologia (CMU) e de Documentação e Arquivo (CDA) do MAST, além de pesquisadores de outras instituições.

Em 2014 foi criado outro Grupo de Pesquisas, agora sediado na CDA, denominado “Gestão e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia” - GPPACT⁵, que recebeu parte dos profissionais que estavam no GMPAC.

O GPPACT possui as seguintes linhas de pesquisa cadastradas:

- Gestão de coleções bibliográficas especiais;
- Gestão e conservação de acervos; e
- Gestão e processamento de acervo arquivístico.

⁵ O Grupo de Pesquisas é liderado por Maria Celina Soares de Mello e Silva. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6310763047475250>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

Percebe-se que a criação do GPPACT ocorre na esteira da aprovação pela CAPES, no final de 2013, da proposta encaminhada pelo MAST para desenvolvimento de um mestrado profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia - PPACT⁶.

No que se refere aos acervos arquivístico e bibliográfico, as pesquisas foram sendo realizadas de forma tímida a partir dos anos 2000. O primeiro projeto de pesquisa formalizado teve início em 2004, intitulado: “Arquivos científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C&T no Rio de Janeiro”, coordenado por Maria Celina Soares de Mello e Silva. O projeto foi concluído em 2008. Este projeto, aproveitando os dados levantados pela pesquisa anterior, deu origem ao projeto intitulado “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, com a mesma coordenadora, foi iniciado em 2010 e está ainda em andamento.

Outros projetos desenvolvidos na área podem ser citados: “Organização de arquivos pessoais de cientistas”; “Estabelecimento de parâmetros de identificação de obras para a formação e o desenvolvimento das coleções especiais da biblioteca do MAST”; “Identificação de materiais de escrita e de suporte em acervos científicos sobre papel e propostas de tratamento”; “Estudos sobre tratamentos de conservação e restauração de documentos sob a guarda da Coordenação de Documentação em História da Ciência”, “Estudos de Conservação Preventiva de Documentos Científicos e Históricos.

O rememorar de alguns dos fatos que compõem a linha do tempo da pesquisa em acervos de C&T no MAST nos permite verificar um desenvolvimento bastante rápido e a produção de bons resultados em área pouco desenvolvida e pesquisada no Brasil. Todas as iniciativas de pesquisa apresentadas têm consolidado o MAST como referência na área de preservação de acervos de ciência e tecnologia. Os capítulos que formam esse volume representam de forma inequívoca a produção recente das pesquisas realizadas.

O primeiro texto, intitulado “*Cultura Material e Museologia: Considerações*” é de autoria da Profa. Dra. Tereza Cristina Moletta Scheiner, da UNIRIO, e coordenadora do PPG PMUS. Constitui-se em contribuição que abre o volume a nosso convite, em vista da importância que essa Pós-Graduação

⁶ Para maiores informações consultar: <<http://www.mast.br/ppact/index.html>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

representa para a pesquisa no MAST na área de acervos. A longa e produtiva parceria entre o MAST e a UNIRIO permitiu gerar mais de 90 dissertações de mestrado e 5 teses de doutorado defendidas nesses dez anos do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. O texto apresenta algumas questões vinculadas às relações entre cultura material e museus que são basilares para as discussões apresentadas em vários outros capítulos deste volume. Segundo a autora, as relações entre museus e cultura material, aparentemente óbvias, quando reanalisadas à luz da teoria museológica, desvelam aspectos inusitados e, até bem pouco tempo, raramente considerados pelos especialistas. Ainda mais complexas são as relações entre cultura material e Museologia, este campo disciplinar constituído na segunda metade do século XX, que se articula na fronteira entre as ciências humanas e sociais e os demais campos do conhecimento.

O segundo capítulo, de autoria de Marta Lourenço e Marcus Granato, intitulado “*Pesquisas sobre a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia a partir de uma Parceria Luso-Brasileira*”, continua na mesma frequência que o anterior, ressaltando a importância das colaborações interinstitucionais para a produção científica, agora entre o MAST e o Museu de Ciência/Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa. O texto inicia-se por uma descrição breve da instituição portuguesa, seguindo-se as origens da cooperação institucional. Descrevem-se as atividades em parceria, destacando dois projetos de grande fôlego: o “*Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa*” e os “*Levantamentos do Patrimônio Cultural de C&T*” do Brasil e de Portugal. Finalmente, faz-se uma síntese da abordagem e apresentam-se algumas perspectivas de cooperação futuras.

O capítulo seguinte, intitulado “*Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T) no Brasil: A situação dos conjuntos musealizados*”, de Marcus Granato e Fernanda Pires Santos, apresenta parte dos resultados obtidos no levantamento nacional de dados realizado no âmbito do projeto “*Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro*”. As análises realizadas nesse capítulo se debruçaram sobre os museus e espaços que preservam conjuntos de objetos de C&T e é inegável seu papel importante para a existência hoje de remanescentes materiais do PCC&T. Os autores propõem uma classificação em cinco tipos para esses espaços, de forma a melhor caracterizá-los. Finalmente, verificou-se que a maioria (62%) das coleções

visitáveis registradas está em situação avançada para ser alçada à Classe1 (museus).

O quarto capítulo intitula-se “*Objeto, Informação e Materialidade: Esboço de uma pesquisa em curso*”, sendo de autoria de Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. A autora sintetiza algumas das principais questões do projeto de pesquisa que coordena, “Musealização como Processo Informacional”, em desenvolvimento desde 2011 no MAST, no âmbito da Coordenação de Museologia. A pesquisa contribui para as reflexões sobre processos de musealização a partir de uma perspectiva informacional e com ênfase nos domínios da Ciência e Tecnologia. Ao abordar objetos musealizados como documentos, a autora adere a uma visão ampliada de documento e, simultaneamente, afirma que a musealização é produto de uma vontade de preservar.

O quinto capítulo, de autoria de Claudia Penha dos Santos e Marcus Granato, intitula-se “*A Documentação dos Acervos Científicos e Tecnológicos e o MAST: Uma história a partir das memórias*” e relaciona-se com a tese de doutoramento em fase de conclusão da museóloga responsável pelas coleções museológicas do MAST desde 1992. Os autores procuram estruturar um breve panorama sobre a história da documentação das coleções museológicas do MAST. Trata-se essencialmente de um texto de memórias, de relatos de experiências, principalmente dos últimos vinte e três anos, período em que seus autores estiveram diretamente envolvidos com esta atividade no MAST. Fica claro para os autores que a atividade de documentação de acervos museológicos é fundamental para todas as atividades que envolvam as coleções da instituição. É importante mencionar também que se trata de um trabalho longo, complexo, minucioso e que demanda foco e persistência, mas que muitas vezes não aparece, não dá visibilidade imediata.

O próximo capítulo, denominado “*Os Arquivos Pessoais como Fonte: Reconhecendo os tipos documentais*”, é de autoria de Maria Celina Soares de Mello e Silva e aborda, como mencionado no título, os arquivos pessoais que, no MAST, constituem boa parte do patrimônio arquivístico sob a guarda da Instituição. A autora apresenta parte do estudo em andamento, refletindo sobre os tipos documentais presentes nesses arquivos, com o objetivo de disseminar uma importante fonte de pesquisa para a história das ciências e contribuir para a reflexão sobre o conteúdo e o trabalho nestas fontes.

O sétimo capítulo, de autoria de Ozana Hannesch e Marcus Granato, intitula-se “*A Conservação-Restauração de Documentos Arquivísticos: Reflexões sobre a tarefa de avaliação e priorização*”. O texto busca delinear as circunstâncias que vêm sendo analisadas no estudo sobre metodologias utilizadas nas abordagens de seleção e priorização de ações de preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos e bibliográficos para uso pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel - LAPEL, do MAST. Este capítulo traz uma ampliação da abordagem da dissertação “*Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel*”, de Ozana Hannesch, incluindo a apresentação de alguns instrumentos de coleta de dados e a abordagem do Programa de Planejamento em Preservação - PPP. Tais ferramentas estão sendo estudadas pela pesquisa em Gestão e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, continuada agora, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos em Ciência e Tecnologia, pelo LAPEL.

O capítulo seguinte, intitulado “*A Pesquisa Científica em Museus, Arquivos e Bibliotecas*”, e de autoria de Antonio Carlos Augusto da Costa e Márcia Teresa Soares Lutterbach, representa mais uma colaboração de sucesso, agora entre duas Unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Instituto Nacional de Tecnologia - INT e o MAST, e o Museu Imperial (IBRAM). Os autores refletem sobre o uso racionalizado de técnicas avançadas de arqueometria na conservação e preservação do patrimônio cultural, como contribuição para a melhor conservação preventiva. O ferramental analítico que se apresenta disponível para emprego é abrangente, sofisticado e, na maioria das vezes, de alta complexidade operacional, exigindo análise minuciosa para seu uso economicamente sustentável. A partir dessa cooperação, diversas questões acerca do patrimônio dessas instituições puderam ser respondidas, possibilitando, então, que fossem tratados de forma adequada e com a interdisciplinaridade e profundidade que merecem.

No nono capítulo, intitulado “*A Preservação de Coleções Científicas de Objetos Arqueológicos Metálicos*”, Guadalupe do Nascimento Campos e Marcus Granato apresentam o conhecimento produzido sobre metodologias de conservação e caracterização de acervos arqueológicos metálicos, com o intuito de contribuir para sua melhor preservação. Os estudos preenchem um vazio de conhecimento importante, já que muitos arqueólogos desconhecem as

metodologias de manipulação e proteção necessárias ao retirar objetos metálicos do solo ou resgatá-los do fundo do mar, assim como as formas de acondicionamento e de preservação que permitam sua estabilidade. O desenvolvimento deste projeto no MAST foi possível devido à experiência existente em conservação de objetos metálicos científicos, desenvolvida no Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos - LAMET, que oferece a infraestrutura necessária para a execução dos estudos mencionados.

O décimo capítulo, intitulado “*A Trajetória da Política Nacional de Museus: Impactos sobre o campo museológico brasileiro*”, é de autoria de Marcio Rangel e José do Nascimento Júnior. O texto desenvolve reflexões sobre os seguintes aspectos: os museus como agentes de mudança social e desenvolvimento; a construção e trajetória de elaboração de uma política nacional de museus; memória e cidadania. Apesar das tensões geradas no decorrer da produção e consolidação da Política Nacional de Museus - PNM, das diversas críticas de diferentes setores, os autores reconhecem a PNM como um importante dispositivo de desenvolvimento do campo museológico brasileiro. A PNM estruturou uma série de instrumentos de gestão e conseguiu uma capilaridade ampla, dando grande legitimidade para as ações propostas. Os autores consideram relevante ressaltar que o caráter modelar da PNM para diversos países da América Latina possibilitou sua internacionalização com a criação do Programa Ibermuseus, a elaboração da Recomendação de Proteção do Patrimônio Museológico junto a UNESCO, a criação do MercoMuseus e um conjunto de acordos bilaterais com diferentes países.

O último capítulo, de autoria de Daniela Carvalho Sophia, intitula-se “*As Políticas de Preservação do Patrimônio na Arena Federal sob a Gestão de Renato Soeiro (1967-1979)*” e vincula-se ao conjunto de trabalhos que examinam as políticas voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro de forma mais ampla. Dividido em três partes, o texto, inicialmente, apresenta o contexto da formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao patrimônio no período 1967-1979. A seguir, descreve a formulação e implementação do Programa de Cidades Históricas, política idealizada e implementada no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Na terceira parte, apresenta o relato da mudança institucional ocorrida no IPHAN, que passa a se constituir como secretaria no âmbito do Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Proteção do Patrimônio História e Artístico Nacional (SPHAN).

Finalmente, o volume tem um Anexo onde foram incluídos diversos projetos de pesquisa, e equipes participantes, desenvolvidos nos últimos 17 anos, como forma de registro e divulgação dessas informações, além do reconhecimento pelo trabalho de seus participantes.

O volume 1 da Coleção *MAST: 30 Anos de Pesquisa* que se inicia a seguir é composto de diferentes visões e abordagens de temas correlatos que representam de forma característica parte da história da pesquisa sobre acervos no MAST. Todos os textos contribuem para a discussão de questões hoje debatidas no campo da Museologia e dos estudos sobre o Patrimônio. Trata-se de um esforço coletivo que se realiza a partir do trabalho não só dos autores dos capítulos desse volume, mas de todos que contribuíram para as atividades de investigação realizadas em nossa Instituição no decorrer dos anos. Que se sintam todos contemplados nesse registro realizado para comemorar os 30 anos do Museu de Astronomia e Ciências Afins, paixão de muitos de nós.

Rio de Janeiro, novembro de 2015

Marcus Granato



Foto da escada do prédio anexo do MAST (Jaime Acioli, 2010).

AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA ARENA FEDERAL SOB A GESTÃO DE RENATO SOEIRO (1967-1979)

Daniela Carvalho Sophia*

1. Introdução

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se constitui no órgão brasileiro responsável pela formulação e execução das políticas relacionadas ao patrimônio. No IPHAN, vêm sendo discutidos, por representantes dos gestores governamentais setoriais e da sociedade civil, as principais estratégias nacionais de operacionalização da política de preservação do patrimônio. Foi instituído em 1937 por meio da Lei nº 378 de 13 de janeiro, na época denominado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

As décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para a tomada de consciência, por parte da gestão pública, da importância da preservação do patrimônio histórico, o que pode ser confirmado por meio do exame e da descrição das políticas públicas que buscaram constituir iniciativas para inibir as constantes ações de destruição do patrimônio brasileiro. No Brasil, durante a segunda metade da década de 1960, na esteira dos movimentos políticos pela manutenção e implementação da ditadura militar, inicia-se, após 38 anos, uma mudança no quadro institucional do IPHAN. O período que vai do final dos anos 60, especificamente após a aposentadoria do arquiteto Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1967, até o fim dos anos de 1970 deve ser examinado como um momento importante de atuação do Governo Federal na área do patrimônio

* Doutora em História das Ciências (COC/Fiocruz) e Pesquisadora da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CMU/MAST). E-mail: danielasophia@gmail.com

brasileiro, especificamente versando sobre o desempenho da instituição federal responsável pela preservação do patrimônio, o IPHAN.

Afinadas com as determinações do governo militar, as experiências em tela sugerem dois tempos históricos relacionados entre si: o primeiro, no ano de 1967, marca o momento em que Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do órgão desde 1938, aposenta-se e, em seu lugar, posiciona-se o arquiteto Renato Soeiro¹. Esse período foi marcado pela adequação do perfil das políticas de patrimônio às novas circunstâncias do país. Na segunda fase, delimitada pelos anos de 1972 e 1979, há um marco significativo na trajetória política da Instituição, quando a direção do órgão passa a direcionar suas ações para os conjuntos históricos com categoria de bens a serem revistos e tombados. A maior expressão de então se encontra na criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1972.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar um breve histórico da construção das políticas públicas relacionadas à proteção do patrimônio entre os anos de 1967 e 1979 com vistas a sistematizar algumas questões a serem aprofundadas por aqueles que trabalham nos espaços de gestão estatal. O texto resulta dos dados da pesquisa *O Conselho Consultivo do IPHAN: uma análise do processo de tombamento*, empreendida no âmbito da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CMU-MAST). Criado em 2011 na CMU-MAST, o projeto **vem constituindo uma base de dados com o objetivo de identificar o perfil dos bens tombados** no contexto das atividades do Conselho Consultivo do IPHAN. A partir das discussões e encaminhamentos dos processos apreciados por essa instância, o projeto visou levantar, examinar e discutir a formação das políticas relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerando a gama de intencionalidades presentes nesta arena².

¹ Renato Soeiro, no momento em que assumira o cargo de diretor do Instituto, já acumulara diversas funções naquele mesmo órgão. Recém-diplomado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes pela Universidade do Brasil, ingressou em 1938- diga-se de passagem- ano de criação do próprio instituto- como assistente técnico de terceira classe e foi nomeado, em 1946, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, função que exerceu até o ano de 1967, data em que passa a presidir o órgão no lugar de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Arquivo Noronha Santos).

² O Conselho Consultivo é coordenado pelo presidente do IPHAN e é composto por 18 membros da sociedade civil que atuam em áreas afins do Instituto, como antropólogos,

Em 2011, ano de criação do projeto no MAST, já se tornara evidente que o exercício da gestão pública do patrimônio brasileiro demandava um acompanhamento permanente do processo de formulação e operacionalização das estratégias nacionais pelos atores participantes em sua implementação nos três níveis de governo. O setor contava com algumas iniciativas e publicações relevantes como a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicada pelo Instituto, que divulga os principais temas em debate na gestão setorial e sistematiza informações estratégicas. A efetivação das mudanças políticas, sobretudo após a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009, exigia não somente a atualização das informações governamentais, mas, principalmente, a criação de conhecimentos sensíveis às novas circunstâncias da gestão pública do patrimônio brasileiro.

Tais preocupações atenderiam um dos pontos principais no âmbito da missão do MAST constante em seu Plano Diretor 2011-2015, a saber, o de que o MAST teria como missão precípua a valorização do patrimônio histórico brasileiro de ciência e tecnologia como elemento fundamental da identidade nacional. A proposta do projeto partia justamente do pressuposto de que o compartilhamento de conhecimentos entre técnicos e profissionais da área do patrimônio, que operam o cotidiano da política pública, em muito ajudaria no desenvolvimento de alternativas que contribuíssem na tomada de decisões e, conseqüentemente, promovessem maior eficácia e eficiência nas ações formuladas para o setor.

Com esse intuito, o projeto foi desenvolvido visando criar um canal novo e mais ágil de produção de informação para a tomada de decisões, por meio da criação de um banco de dados contendo o perfil dos tombamentos realizados no IPHAN desde sua criação, no ano de 1938. Sob a perspectiva adotada neste projeto, o tombamento está inserido em um contexto caracterizado pela disputa de interesses, grupos, versões e visões da política e, por isso, consideramos nesse projeto o tombamento como um processo político e cultural dinâmico, no qual os bens são submetidos à valoração. Instituído no ano 1937, no governo de Getúlio Vargas, o tombamento de bens culturais se constitui como um dos principais instrumentos do Estado no processo de implementação da política de

museólogos, arquitetos, urbanistas e historiadores. Também compõem o Conselho um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil -- IAB, além de representantes do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos -- Icomos, do Museu Nacional e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -- Ibama.

preservação do patrimônio cultural³, assim como consolidou na memória social uma ideia unívoca de patrimônio nacional. A partir do tombamento, tais bens passam a compor o conjunto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja proteção é justificada por serem considerados portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira⁴. Essas informações foram complementadas por dados levantados no Arquivo Central do IPHAN, especificamente na série Arquivo Técnico e Administrativo e outros obtidos junto a relatórios divulgados na página do Instituto, no Portal de Periódicos da CAPES e na biblioteca do MAST.

No que tange às escolhas metodológicas, este capítulo, desdobramento das discussões ocorridas no âmbito do Projeto, vincula-se ao conjunto de trabalhos que examinam as políticas voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro. No país, a literatura vem enfatizando o papel do Estado na preservação de seu patrimônio. Nas duas últimas décadas, alguns estudos têm sido empreendidos por historiadores, antropólogos, museólogos e juristas sobre a gênese e a configuração das políticas de patrimônio no país. O IPHAN - como instituição definidora de conhecimentos, normas e práticas sociais vinculadas ao campo do patrimônio - tem atraído a atenção de pesquisadores interessados no conhecimento da produção intelectual e na avaliação de seu legado para determinados períodos da história. Nessa linha de investigações, tomamos como base aquelas que delineiam as políticas de patrimônio no contexto brasileiro (CHUVA, 2009; CORRÊA, 2012; FONSECA, 2009).

³ Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

⁴ Instituído no ano 1937, no governo de Getúlio Vargas, o tombamento de bens culturais se constitui como um dos principais instrumentos do Estado no processo de implementação da política de preservação do patrimônio cultural. A partir do tombamento, tais bens passam a compor a coleção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja proteção é justificada por serem considerados portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Atualmente, o país conta com aproximadamente 21 mil edifícios e 79 centros e conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN - órgão responsável pela preservação do patrimônio nacional. Juntamente a esta coleção, somam-se 9.930 sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos e cerca de 800 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística, registros fotográficos, videográficos, além do Patrimônio Mundial. Esses bens compõem o acervo do chamado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição criada em 1937 por meio do decreto 25 (30.12.2012).

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se o contexto da formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao patrimônio no período 1967-1979, tendo como base a bibliografia disponível sobre o tema e os dados levantados no banco de dados da pesquisa. A seguir, descreve-se a formulação e implementação do Programa de Cidades Históricas, política idealizada e implementada no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República com a consultoria e acompanhamento do IPHAN. Na terceira parte, apresenta-se o relato da mudança institucional ocorrida no IPHAN, que passa a se constituir como secretaria no âmbito do Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Proteção do Patrimônio História e Artístico Nacional (SPHAN) e, ademais, cria-se também a Fundação Pró-Memória, mudança que será abordada adiante.

2. Políticas de Patrimônio sob o Signo da Ditadura: discurso desenvolvimentista e riscos ao patrimônio

No dia 13 de julho de 1966, em uma pequena nota publicada no *Jornal do Brasil* intitulada “Consciência histórica”, afirmava-se que a “**defesa do patrimônio histórico e artístico** nacional há de depender mais da formação de uma **mentalidade do que propriamente de providências legais ou administrativas que o governo venha a tomar**”. O comentário deixa entrever uma geração de servidores públicos e intelectuais vindos de conceituadas universidades públicas e que parecem compartilhar semelhantes certezas. É importante destacar que o grupo não surgiu coeso e com clara consciência de seus objetivos. E é esta circunstância que torna suas atividades e ações na gestão pública um lugar de observação de formação de consciências e políticas públicas para a área.

No campo do patrimônio brasileiro, as décadas de 1960/70 são marcadas pela busca de referências de orientação de grandes transformações no ideário e nas práticas voltadas à preservação do patrimônio brasileiro, capitaneada pelo IPHAN⁵. Esta geração, uma vez caracterizada pela importância que representou sua forma de lidar com os problemas decorrentes do atraso, da pobreza e da dependência econômica diante da necessidade de preservação do patrimônio

⁵ Ressalta-se aqui o protagonismo da Secretaria de Planejamento na condução das políticas públicas relacionadas ao patrimônio.

histórico, oferece ao investigador sugestões de pesquisa, ricas e complexas, quanto a significadores ideológicos desse estilo.

Uma abordagem sumária das ações do Instituto no período permite desde logo vislumbrar a possibilidade de traduzir processos políticos - que o Instituto e seu conselho consultivo formularam um conjunto de ideias de que a proteção aos conjuntos deveria ser a guia-mestra na formulação e implementação das políticas públicas relacionadas ao patrimônio. Em diversos documentos resultantes deste tipo de abordagem, apareciam observações que, de um lado, destacavam a industrialização de regiões até então abandonadas, a forma como a abertura de estradas contribuía para promover o acesso a áreas afastadas, falava-se da existência de um país novo, próspero, em constante transformação; dotado, enfim, de imensos recursos potenciais, com uma população em rápida expansão e uma cultura original, gerando com isso aumento da demanda populacional, assim com a difusão do turismo (SPHAN, 1980, p.32). Por outro lado, podia-se perceber a preocupação com a degradação e os riscos ao patrimônio. É importante ressaltar que, entre os anos de 1967 e 1979, o IPHAN, catalisado pelas políticas empreendidas no regime militar, parece ter contribuído para congregar diversas iniciativas que estavam em sintonia com a ideia de desenvolvimento e de patrimônio promovidos pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais.

Essas referências surgem, então, no pensamento dessa geração como imagens de grande força simbólica a expressar contrastes sociais e, no limite, o antagonismo de diferentes formas de organização social e cultural. Nessa visão, os gestores da Instituição observavam, de um lado, a existência de um país novo, próspero, em constante transformação; dotado, enfim, de imensos recursos potenciais e culturais, com uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa; e, de outro, uma sociedade velha, miserável, imóvel. Mantendo por toda parte o estreito contato, esses dois brasis, tão diferentes, estão unidos pelo mesmo sentimento nacional.

Nos idos de 1960, importantes transformações econômicas e sociais contribuem para alterar o quadro e as prioridades dadas pelo governo na área do patrimônio a ser tombado. O modelo de desenvolvimento seguido era o de base urbano-industrial, que destaca a cidade como bem de consumo para o bem de produção. Nas cidades e centros históricos, ocorre um intenso processo de urbanização: crescimento acelerado e pressão demográfica, metropolização de

algumas regiões, implementação de indústrias em seus arredores e abertura de estradas (CORRÊA, 2012). Na área econômica, o referido período caracteriza-se pela proeminência do chamado “**milagre econômico**” presente no país entre os anos de 1969 e 1973, tendo se caracterizado por um crescimento econômico e baixas taxas de inflação (FAUSTO, 2001, p.268).

É justamente a presença da ideia concernente à superação do fosso entre os dois brasis, representada, ao longo dos anos 1970, pela implementação do Programa de Cidades Históricas (PCH), que irá acompanhar o grupo gestor do IPHAN. Todo esse cenário resultou na preocupação em identificar o papel dos centros históricos na nova cidade capitalista, considerando a contradição existente entre desenvolvimento e preservação, tema que se apresentava naquele momento na pauta de debates.

Neste período, as políticas públicas levadas a cabo pelo IPHAN e por outros órgãos formuladores de diretrizes relacionadas à proteção do patrimônio, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR), visaram, pois, conciliar o desenvolvimento das regiões com a preservação dos valores tradicionais. O ponto-chave era examinar que, se por um lado, tais fatores poderiam ser positivos para o enriquecimento e desenvolvimento das regiões, por outro poderiam representar graves riscos ao patrimônio. No Brasil, destaca-se a criação, em 1966, do Conselho Federal de Cultura no processo de formulação deste ideário. Chama-se atenção aqui que estiveram presentes na reunião questões como a de preservação de sítios históricos ou de conjuntos arquitetônicos – e não apenas edificações isoladas como pontos de pauta na arena (CALABRE, 2008, p.65)⁶. Inicia-se, assim, neste novo contexto, uma nova política de tombamento, voltada para a preservação dos conjuntos, que viria a se constituir em um dos eixos de atuação do IPHAN no período.

Vislumbrava-se, nesse cenário, uma preocupação maior em enfrentar não somente o monumento isolado, mas, sobretudo, *a moldura onde se insere, a ambiência que lhe é própria ameaçadas que estavam pelas grandes obras públicas e particulares que no país se realizam; portos modernos se instalam,*

⁶ Por meio do decreto-lei n° 74, foi criado, naquele ano, o Conselho constituído por 24 membros diretamente nomeados pelo Presidente da República. Dentre as atribuições enumeradas, destaca-se a cooperação na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Havia, no decreto de criação, um artigo especial dedicado à câmara do patrimônio.

novas estradas se abrem destruindo vestígios pré-históricos e históricos, complexos industriais se levantam alterando ou repercutindo desfavoravelmente no monumento e no seu entorno, concorrendo para a sua descaracterização e mesmo destruição. O aumento das populações nos próprios conjuntos tombados provoca a introdução de novas construções ou alterações nas existentes em proporções prejudiciais aos núcleos originais protegidos (Arquivo Técnico Administrativo - manuscrito Renato Soeiro).

Como resultado de tal abordagem, as intervenções em núcleos históricos deveriam ser realizadas partindo-se de duas ópticas: a econômica e a cultural. Sob a óptica econômica, o núcleo deveria ser considerado como algo produtivo, de intercâmbio e de reprodução do espaço econômico; no segundo caso, é compreendido a partir de uma visão sociológica e cultural, como maneira de uma linguagem urbana de integração entre os diferentes agentes sociais e que proporcionam à comunidade sinais de identidade (SPHAN, 1980, p.153). As cidades eram, dessa forma, compreendidas enquanto produtoras de capital e bem de consumo e o patrimônio, como fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo (CORREIA, 2012, p.122).

No desenvolvimento dessa discussão, os organismos internacionais tiveram um importante papel na formação das políticas do período contribuindo para alavancar as ações no país relacionadas à proteção aos conjuntos. A Carta de Veneza, divulgada em 1964, por exemplo, considerada como um dos principais documentos internacionais da área de preservação, estabelece que o *Monumento é inseparável do meio onde se encontra situado*. Torna-se necessário, no âmbito das políticas públicas, considerá-lo, portanto, não somente como excepcional, mas, sobretudo, vislumbrar seu tecido e a moldura em que se insere. Além dessa, destacam-se as Normas de Quito, publicadas em 1967 após um encontro internacional promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), no Equador. Nas normas publicadas, *o espaço era compreendido como inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que o encerram* (IPHAN, 1967). Neste encontro, vislumbrou-se a possibilidade de articular os interesses econômicos à preservação do patrimônio cultural; o patrimônio cultural deveria ser compreendido, pois, como parte integrante dos recursos econômicos dos países.

3. Políticas Públicas Relacionadas ao Patrimônio no Contexto Desenvolvimentista

No Brasil, tornava-se cada vez mais necessário encaixar o patrimônio dentro do novo contexto caracterizado pelo desenvolvimento e crescimento urbano. Antes, é preciso lembrar que, até 1969, o perfil das políticas públicas levadas a cabo pelo IPHAN recaía nos tombamentos dos monumentos arquitetônicos. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, “do total de 803 bens protegidos, 368 são de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens móveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais” (FONSECA, 1997, p.113). Os conjuntos tombados no período se constituíam, fundamentalmente, nas seis cidades de Minas Gerais inscritas em 1938. Tais conjuntos tombados eram compreendidos ou como obras de arte excepcionais ou porque estariam imersas em um tal estado de estagnação econômica que seu tombamento em nada as abalaria (CORRÊA, 2012, p.70).

Tal abordagem começa então a ser fortemente alterada, a partir dos anos 60, quando os tombamentos passaram a ser compreendidos, enfim, como instrumento de política urbana no contexto de um Estado desenvolvimentista. O ponto de partida para a mudança de orientação política ocorreu sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷. A partir de 1965, a Unesco inicia um programa de desenvolvimento do turismo vinculado ao patrimônio cultural e natural. O Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), por meio de uma solicitação de seu presidente, pleiteia e consegue apoio técnico do organismo internacional, tendo recebido diversos consultores que visavam, em seus trabalhos, elaborar planos urbanos para as cidades históricas que estivessem em articulação com outras demais políticas públicas.

Destaca-se, ainda sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a vinda ao Brasil do Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, cujo relatório passou a se constituir no documento básico sobre o assunto (SPHAN, 1980, p.32). O consultor destaca, no documento, que a inclusão no planejamento urbano do município é fator indispensável para a preservação e

⁷ O período em que esteve no comando do Instituto, passou a ser conhecido como fase heroica em alusão à sua atuação à frente da instituição (IPHAN, Nota Biográfica). Rodrigo esteve relacionado a uma geração de intelectuais modernistas, grupo composto por Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, dentre outros.

chama atenção para a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento globais, especialmente, de turismo, habitação e planejamento (CORRÊA, 2012, p.88). Posteriormente, outros relatórios foram elaborados como o do arquiteto Viana de Lima sobre as cidades de Outro Preto (MG), São Luiz e Alcântara (MA), e o do arquiteto Limburg Stirum sobre Paraty, todos eles consultores da Unesco. A Conversão de Paraty em monumento nacional, por meio do decreto-lei de 24 de março de 1966, foi o primeiro plano articulado para proteção de conjuntos. Seguiram-se a esse, planos para as cidades históricas de Minas Gerais, do Nordeste e Centro-Oeste, estabelecendo-se, dessa forma, condições necessárias para o desenvolvimento urbanístico adequado.

Com a aposentadoria de Rodrigo, no ano de 1967, assumira o cargo o arquiteto Renato Soeiro⁸. Sua figura representa elementos de continuidades no âmbito das políticas empreendidas pelo órgão. Sob a gestão de Renato Soeiro, estenderam-se planos para as cidades históricas de Minas Gerais, do Nordeste e Centro-Oeste. Por meio do decreto nº 68.045, de 18 de janeiro de 1971, e 72.107, de 18 de abril de 1973, a cidade de Cachoeira (BA) e o município de Porto Seguro (BA), respectivamente, foram também erigidos em monumentos nacionais.

Durante o período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, o conselho aprovou o tombamento de 12 conjuntos. O quantitativo de conjuntos tombados por ano é apresentado na Figura 1 a seguir.

O grande número de tombamentos de conjuntos ocorreu em 1973 (2 conjuntos tombados) e 1974 (5 conjuntos tombados), respectivamente. É preciso ressaltar que o aumento no número de tombamentos, no período, relacionou-se a dois fatores. O primeiro diz respeito ao período de mudança política e deve ser observado em sua relação com as transformações que vinham ocorrendo no país a partir dos anos 1970. Essa década tem início com o país ainda sob o comando militar, e, até 1974, conheceu o ápice da repressão política. A partir daí, com a

⁸ É preciso lembrar que Soeiro - no momento em que assumira o cargo de diretor do Instituto - já acumulara diversas funções naquele mesmo órgão. Recém-diplomado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes pela Universidade do Brasil, ingressou em 1938 - ano de criação do próprio instituto - como assistente técnico de terceira Classe e foi nomeado, em 1946, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, função que assumiu até o ano de 1967, data em que passa a presidir o órgão no lugar de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

posse do general Ernesto Geisel, tem início um lento processo de abertura promovido pelo governo.

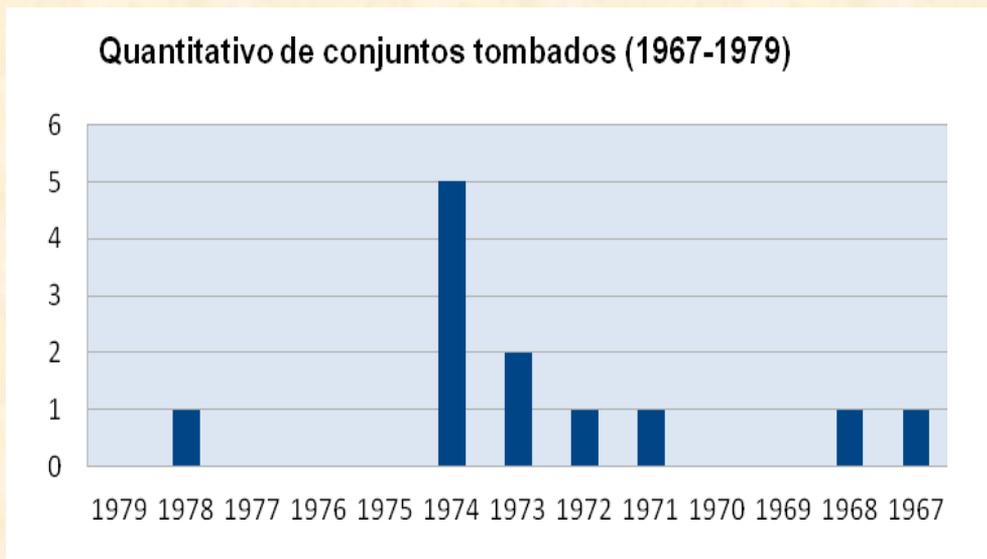


Figura1- Conjuntos tombados pelo Conselho Consultivo do IPHAN (1967-1979).Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

Já em 1974, Geisel diminuiu as restrições à propaganda eleitoral, e deu um grande salto, em 1978, com a revogação do Ato Institucional n°.5. Além disso, o governo atenuara a Lei de Segurança Nacional e permitiu a volta dos primeiros exilados políticos. De fato, o final dos anos 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um progressivo movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que havia décadas dominavam o panorama político continental. O segundo fator diz respeito ao processo de formulação e implementação das ações relacionadas ao Programa de Cidades Históricas.

A seguir, no Quadro 1, apresenta-se a listagem contendo os conjuntos aprovados.

Quadro 1 - Lista dos Conjuntos Tombados. Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

LISTA DE CONJUNTOS TOMBADOS (1967-1979)
Goiás, GO: Conjunto arquitetônico e urbanístico
Sítio da Trindade: Conjunto paisagístico
Paraty, RJ: Conjunto arquitetônico e paisagístico do Município
Cidade de Alcântara; Centro histórico de Alcântara; Sítio histórico de Alcântara
São Luiz, MA: Conjunto arquitetônico e paisagístico
Porto Seguro, BA: Conjunto arquitetônico e paisagístico
Lençóis, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico
Praça da Matriz: conjunto arquitetônico e Museu de Arte e História: prédio
Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico
Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico
Olinda, PE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico
São Cristovão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico

4. A Formulação e Implementação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (1974-1979)

O processo de formulação do Programa tem início com a aprovação, pelo Presidente da República, da Exposição de Motivos 301-B/72, de 1972. No documento, os Ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura nomearam um Grupo Interministerial constituído por representantes do MEC, por meio do IPHAN, do Ministério do Planejamento, da *Superintendência* do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), com o objetivo de realizar estudos sobre o patrimônio histórico do Nordeste e de

formular, em versão preliminar, o **Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste**⁹.

É preciso lembrar que, quando o PCH foi criado, a condução dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento estava a cargo de Antônio Delfim Neto e de João Paulo Reis Velloso, respectivamente. Tal fato torna-se um indicativo das políticas a serem implementadas: enquanto Delfim Neto defendia o modelo agroexportador como medida para o crescimento econômico e a intervenção estatal na economia, João Paulo Reis Velloso daria continuidade às diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Todas as duas abordagens encontravam-se em sintonia com o ideário de desenvolvimento levado a cabo pelos órgãos executores da política relacionada ao patrimônio.

Como desdobramento do trabalho, por meio da Exposição de Motivos 076-B, o **Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste** foi criado com vistas à reativação econômica do estoque patrimonial do Nordeste, tendo como pressuposto a retomada de investimento público pautada em diversos planos - como o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. Visavam criar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para as regiões carentes do Nordeste (FONSECA, 2009, p.143). Administrado no âmbito da SEPLAN, coube ao IPHAN a referência conceitual e técnica. De acordo com Corrêa (2012, p.142):

Se por um lado garantiu a esse órgão federal legitimidade exclusiva para análise dos aspectos relacionados às técnicas e ao partido de projeto de restauração, por outro excluiu a possibilidade da instituição opinar sobre a conveniência da intervenção proposta - seja no que se refere à relevância do monumento a receber investimentos federais e o uso indicado, seja em relação ao efeito que essas intervenções poderiam causar em longo prazo para a preservação do conjunto – ou ainda, pela política de preservação que estava sendo implementada pelo PCH.

O processo de implementação do Programa nos estados que de início atendia a propostas de restauração de monumentos isolados, passara a evoluir

⁹ Renato Soeiro, presidente do IPHAN, participou como representante do Grupo de Trabalho.

posteriormente para uma estratégia de atuação que considerava conjuntos de monumentos como partes integrantes do contexto urbano ao qual pertencem. Sua ênfase, que objetivava o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, dialogava, enfim, com os demais assuntos em pauta no período como desenvolvimento urbano, regional e econômico e a tentativa de reverter os desequilíbrios regionais.

Muito interessante perceber que, no processo de instauração do PCH, objetivava-se o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, estando em sintonia justamente com assuntos em pauta naquele momento, tais como: o desenvolvimento urbano, regional e econômico em um contexto do reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado que refletia territorialmente a má distribuição de renda e os riscos que tal cenário poderia representar ao patrimônio (CORRÊA, 2012, p.121).

Com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados, o PCH abrangeu inicialmente, os estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão (SPHAN, 1980, p.38). Em 1977, o Programa foi estendido aos estados do Sudeste e, em 1979, os recursos foram destinados, em parte, ao IPHAN. O PCH apoiou, até o final do primeiro semestre de 1979, juntamente com o IPHAN, nos estados do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a realização do total de 143 projetos, abarcando um volume de recursos de cerca de 450 milhões de cruzeiros que - somados aos 210 milhões de contrapartida estadual - totalizaram o volume de 660 milhões (SPHAN, 1980, p.154)¹⁰.

¹⁰ Para se ter uma idéia do valor aproximado da quantia, utilizamos a Calculadora do Cidadão, instrumento fornecido pelo Banco Central. Para a conversão, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), calculado a partir do mês de abril de 1979. O volume de 660 milhões de Cruzeiros, convertido para moeda atual, corresponde ao valor aproximado de R\$ 182 milhões. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

5. Um Balanço das Duas Décadas

Entre os anos de 1967 e 1979, as reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, presidido por Renato de Azevedo Duarte Soeiro, passaram a acontecer nas dependências do prédio sede do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Rio de Janeiro¹¹, e a primeira seção por ele presidida teve lugar em 22 de agosto de 1967. A composição do Conselho mostrava-se bastante heterogênea. Integravam o Conselho especialistas de diferentes áreas como historiadores, arquitetos, artistas plásticos e conhecedores dos acervos de diferentes regiões do Brasil (FONSECA, 2009, p.117). Vários membros do Conselho faziam parte do quadro de outras instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Conselho Federal de Cultura (CFC) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Durante o período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, o Conselho aprovou o tombamento de 130 bens, dentre os quais 12 conjuntos como já apontado anteriormente. O quantitativo de bens tombados por ano é apresentado na Figura 2 a seguir.

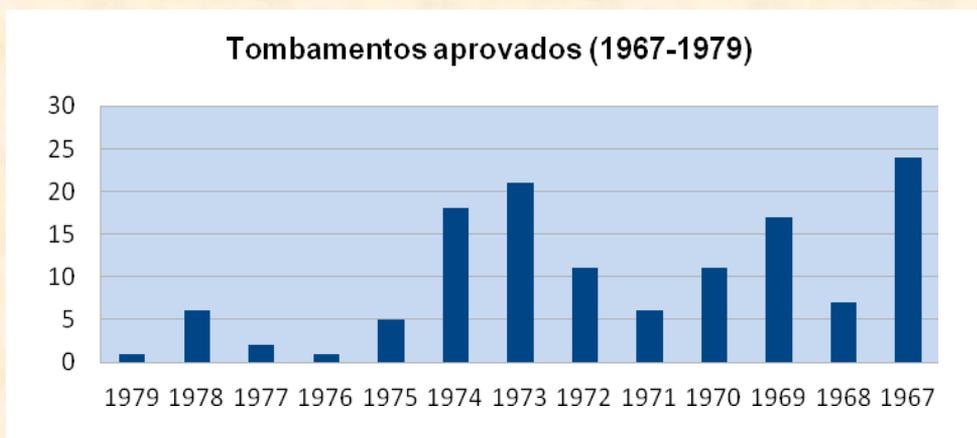


Figura 2 - Tombamentos aprovados (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

¹¹ Segundo a Lei nº 378 de 13 de Janeiro de 1937, o Conselho Consultivo deveria ser constituído pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além dos diretores dos museus nacionais de caráter histórico ou artístico. Complementando este quadro de membros, o Conselho deveria contar ainda com a atuação de dez membros nomeados pelo Presidente da República. Os mandatos eram vitalícios e a função não remunerada (FONSECA, 2009, p.117).

A maior parte dos bens tombados pelo Conselho no IPHAN entre os anos de 1967 e 1979 localiza-se na região Sudeste (79), nos estados do Rio de Janeiro (42), São Paulo (22), Minas Gerais (11) e Espírito Santo (1), seguido pela região Nordeste (36), nos estados da Bahia (14), Pernambuco (12) e Ceará (5) (Figura 3). Juntos, a quantidade de bens tombados na região Sudeste representa o total de 60%, comparativamente à quantidade de bens tombados nas demais regiões, como ilustram as Figuras 3 e 4, a seguir.

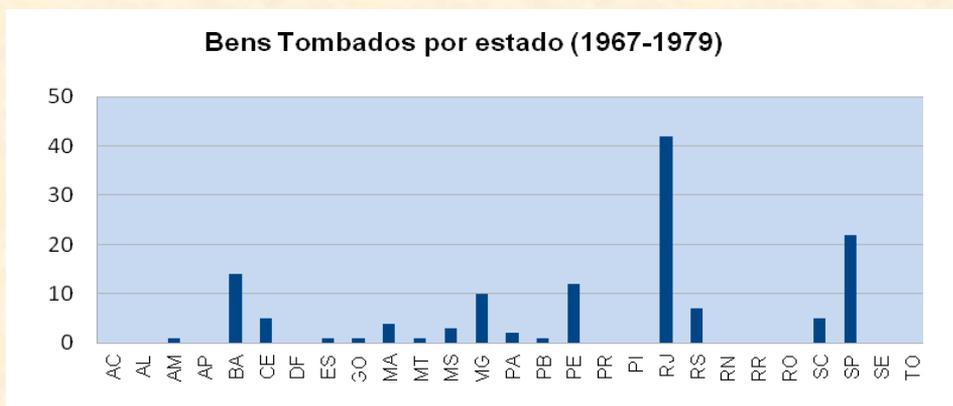


Figura 3 - Bens Tombados por estado (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

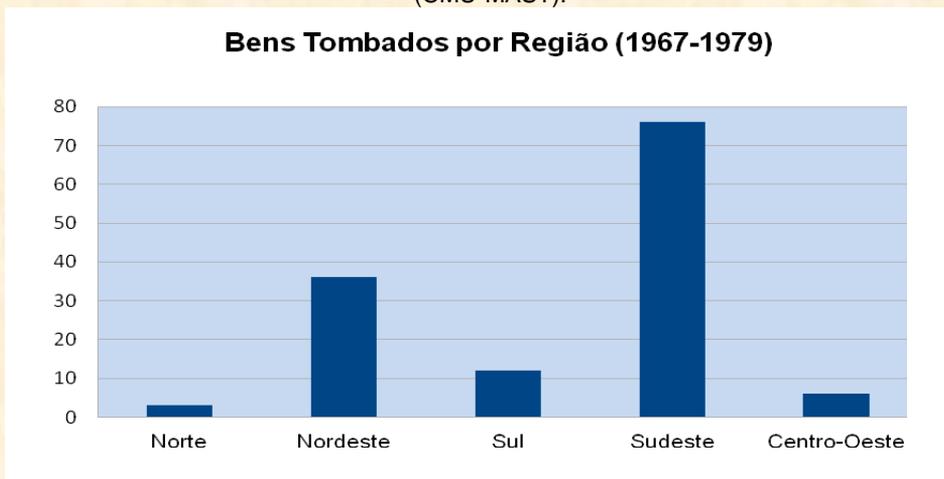


Figura 4 - Tombamentos realizados por região (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

Fi

Entre os anos de 1967 e 1979, foram realizadas 40 reuniões do Conselho Consultivo, uma média de 3 reuniões anuais, conforme Figura 5.



Figura 5 - Reuniões do Conselho Consultivo (1967-1979). Fonte: Base de dados do Projeto Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (CMU-MAST).

O grande número de reuniões ocorreu justamente em 1974 e 1979. Em primeiro lugar, o grande número de reuniões ocorridas nos referidos anos deve-se aos processos de mudanças políticas pelas quais o país passava no momento. É preciso lembrar que, durante o ano de 1974, teve início a gestão do então presidente Ernesto Geisel como já apontado. Em segundo lugar, ocorreu também, no âmbito do Conselho, o processo de discussão sobre a implementação do Programa de Cidades Históricas. No ambiente de suas reuniões, no período compreendido entre os anos de 1967 e 1979, discutia-se o cenário das políticas públicas e os temas relacionavam-se principalmente, aos processos de aprovação de tombamento, seguidos de empréstimos de obras de arte, conforme levantamento realizado a partir dos dados contidos nas atas do Conselho no período e apresentado na Figura 6, a seguir.

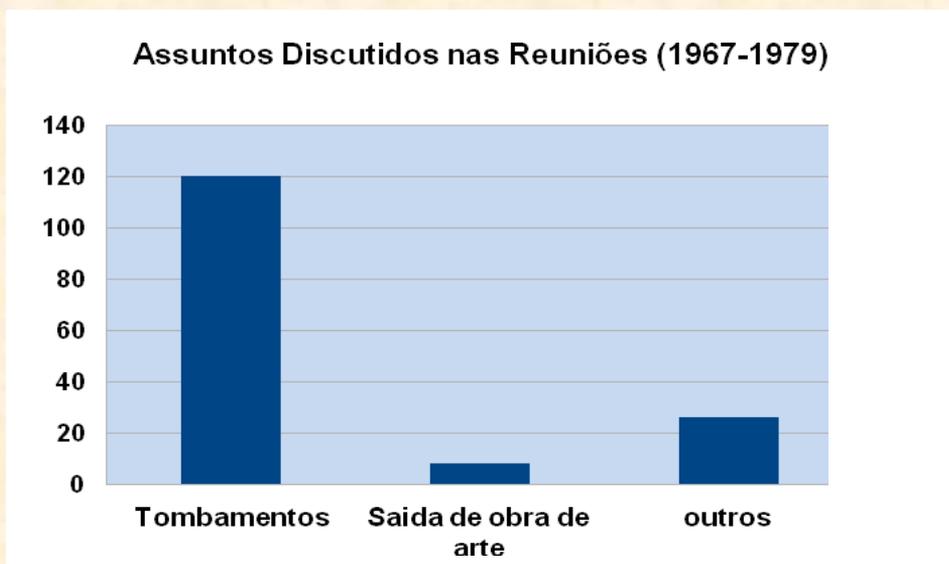


Figura 6 - Principais temas discutidos durante as reuniões do Conselho Consultivo (1967-1979). Fonte: Atas do Conselho Consultivo do IPHAN (Arquivo Noronha Santos).

A partir do quantitativo de bens tombados no período e do espaço ocupado pela temática do tombamento nas reuniões do Conselho, durante as duas décadas em exame, é possível observar que o IPHAN ia acumulando expertise, tendo se destacado como principal instituição na condução das políticas relacionadas à proteção do patrimônio. Neste período, destacam-se a ocorrência do tombamento dos conjuntos urbanos em decorrência das políticas públicas instituídas no período e em especial o intercâmbio sistemático com os organismos internacionais.

6. O Ano de 1979: mudanças de rumos institucionais nas políticas relacionadas à proteção do patrimônio

Em 15 de março de 1979, iniciara-se a última gestão do período militar com a posse do general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Na área econômica, concomitantemente às mudanças que iam sendo operadas na política, o período ficou marcado por grave crise que assolou o Brasil e o mundo, com as altas taxas de juros internacionais, pelo segundo choque do petróleo em

1979, a escalada da inflação - que passou de 45% ao mês para 230%, ao longo de seis anos - e com a dívida externa crescente no Brasil que, pela primeira vez, rompeu a marca dos 100 bilhões de dólares, o que levou o governo a recorrer, em 1982, ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Seguindo as transformações na política e na economia brasileira, também na área do patrimônio verifica-se a ocorrência de profundas modificações no sistema federal de proteção ao patrimônio. Ressalta-se aqui ter sido o ano de 1979 determinante para o IPHAN, para o PCH, chegando a se constituir em um marco na trajetória da Instituição e de suas políticas. No dia 27 de março de 1979 o arquiteto Renato Soeiro - que desde 1938 trabalhava no órgão - foi substituído por Aloísio Magalhães, até então coordenador do Centro Nacional de Referência Cultural. Encaminhado pelo então ministro da Educação Eduardo Portella, o decreto 84.198, 13 de novembro de 1979, cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando, dessa forma, o IPHAN, sob sua estrutura administrativa. Além da transformação do IPHAN em secretaria no âmbito ministerial, o mesmo ministro aprova, por meio da criação da Lei n 6.757, de 17 de dezembro de 1979, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, instituição com personalidade jurídica de direito privado, que teria como objetivo contribuir para o inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural. Ao domínio da Fundação, foram transferidos os bens da União que estavam sob o uso e guarda do IPHAN (SPHAN, 1980).

Dessa forma, a partir do fim do ano de 1979, a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico do país passou para a então recém-criada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que passou a se constituir em órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo à Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional, proporcionar os meios e recursos que permitissem agilizar as ações da secretaria.

Tais transformações operadas no âmbito de uma reforma administrativa alteraram o quadro e os atores nela participantes, sobretudo amparado no decreto-lei nº 200 de 1967, art. 68, que previa uma reforma administrativa no governo federal nas áreas de Educação, Cultura, Desportos e Patrimônio. Tendo em vista a reforma administrativa prevista, uma ampla alteração no âmbito da

área de patrimônio foi realizada em fins da década de 1970, tendo como consequências a mudança na condução do diretor do IPHAN - então Renato Soeiro, tendo sido substituído por Aloísio Magalhães; e, sobretudo, uma mudança na esfera do próprio Instituto, que se transforma em uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação e Cultura sob a gestão do então Ministro Eduardo Portella. Todos esses eventos marcaram uma inflexão no escopo da política, tendo introduzido novas diretrizes e atores no cenário público, objeto para outras reflexões.

7. Considerações Finais

A título de conclusão, podemos dizer que a partir da década de 1970, é possível notar um maior direcionamento e melhor gerenciamento dos recursos destinados à área, materializado no PCH e em sua gestão no âmbito da SEPLAN/PR sob a consultoria do IPHAN. No âmbito do IPHAN, ressalta-se a cooperação que a instituição manteve com a Unesco na década de 1960, ajudando no direcionamento das políticas públicas relacionadas à área, contribuindo na criação de normas, discussão dos conceitos e buscando ampliação da consciência e da importância da preservação dos conjuntos no desenho das políticas implementadas. Tal conjunto de ações empreendidas se configura na premissa de que a gestão pública do patrimônio deveria ser compreendida como parte integrante dos recursos econômicos dos países, passando a ganhar cada vez mais espaço nas diferentes conjunturas governamentais e refletindo-se no perfil dos bens tombados.

O tema da formulação e implementação das políticas relacionadas ao patrimônio apresenta inúmeros desafios quando se fala da atuação de seus gestores e, especificamente, do papel do Conselho Consultivo do IPHAN. É possível identificar, por fim, sobre o debate a respeito das políticas públicas, um conjunto de ações cuja abordagem liga o tema da preservação a um projeto de gestão pública comprometido com as reformulações por que passam as arenas públicas e os atores envolvidos com o tema. Nesse ínterim, o Conselho Federal de Cultura e as agências internacionais também tiveram um importante papel nesse processo, ajudando no direcionamento das políticas públicas relacionadas à área, contribuindo na criação de normas, discussão dos conceitos e buscando

ampliação da consciência e da importância da preservação dos conjuntos no desenho das políticas instauradas.

A partir dessa pesquisa, foi possível aprofundar o conhecimento sobre as políticas de preservação do patrimônio brasileiro e problematizá-las. Aos futuros estudos que abordem a temática, trata-se de debruçar-se sobre, pelo menos, duas ópticas críticas principais: Qual o perfil de intervenção estatal no período concernente à gestão de Renato Soeiro? Como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito dos dispositivos dos arranjos participativos no âmbito do IPHAN, especificamente em seu Conselho Consultivo? Nesse período, tanto as tensões menos evidentes que perduraram por mais tempo, quanto os conflitos coletivos abertos e suas relações com as formas de mobilização até o fim do mandato do então presidente Ernesto Geisel, em 1979, se apresentam como desafios ao campo do patrimônio.

Referências

BRASIL. *Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

CALABRE, Lia. Políticas e Conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura. In: CALABRE, Lia. *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Volume II, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rio Barbosa, 2008. p.63-77.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PDC): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973-1979. *Dissertação* (Mestrado) Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santos de Faria.

CHUVA, Marcia R. R.. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Construções do Passado: Concepções sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil: anos 70-80). *Tese* (Doutorado) Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 1994. Orientadora: Prof. Dr. Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira.

_____. Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 153-164, 1996.

_____. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

IPHAN. Normas de Quito, 1967. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4677>>. Acesso em: 06 fev. 2015

_____. Carta de Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. Homenagem do Conselho Consultivo a Renato Soeiro, 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

RABELO, Sônia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de Instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação (Mestrado) Museologia e Patrimônio - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009.141p. Orientador: Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro.

SPHAN. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil - uma trajetória*. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1980.

ANEXO



Escadaria em mármore de Carrara, ornamentada por duas luminárias de metal dourado, com 06 globos de vidro branco acetinado cada uma, imitando labaredas, hall do Edifício Sede do MAST (Foto: Jaime Acioli, 2010).

PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS EM MUSEOLOGIA E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE C&T NO MAST (1998 – 2015)

No Departamento/Coordenação de Museologia:

- "Análise Tecnológica do Acervo Instrumental do MAST", iniciado em 1998 e finalizado em 2002, com equipe composta por: Teresinha Rodrigues (coordenadora/MAST), Jair Barroso Júnior (colaborador), Marcia Barbosa (MAST) e 1 Bolsista de IC (MAST).
- "Conservação e Restauro de Instrumentos Científicos", iniciado em 1999 finalizado em 2003, com equipe composta por: Luiz Roberto de Miranda (coordenador/COPPE/UFRJ), Marcus Granato (MAST), Leandro Rosa dos Santos (UFRJ), Ricardo Oliveira Dias (MAST) e 1 Bolsista de IC (MAST).
- "Desenvolvimento de Metodologias Científicas de Conservação e Restauração de Objetos Metálicos Expostos ao Relento (outdoor) e em Ambientes de Museus (indoor) - CONSERMETAL", iniciado em 2001 e finalizado em 2003; equipe: Luiz Roberto de Miranda (coordenador/COPPE/UFRJ), Marcus Granato (MAST), Leandro Rosa dos Santos (UFRJ), Ricardo Oliveira Dias (MAST) e 1 Bolsista de IC (MAST).
- "Conservação e Restauro de Edificações Históricas", Iniciado em 2000 finalizado em 2006, com equipe composta por Jusselma Duarte (coordenadora/MAST), Marcus Granato (MAST), Agostinho de Moura Graça (MAST), Veronica Alves dos Santos (MAST), Ive Luciana da Costa (MAST), Carolina B. R. Vergnano (MAST), Cristiane Suzuki (MAST), Regina Pontini (INEPAC).
- "Preservação de Coleções em C&T: Institutos de Pesquisa do MCT - FASE I", iniciado em 2002 e finalizado em 2004; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Claudia Penha dos Santos (MAST), Monica Penco (MAST), Katia Bello (MAST).

- "Aspectos da Utilização de Fontes não Textuais para a Pesquisa Histórica", iniciado em 2004 e finalizado em 2006; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Claudia Penha dos Santos (MAST), Alda Heizer (MAST), Janaína Lacerda Furtado (MAST) e Danielle Siqueira Silva (MAST).
- "Campus Tombado do MAST/ON: caracterização de estilos e pesquisa de processos históricos" iniciado em 2004 e finalizado em 2006; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Ive Luciana da Costa (MAST) e Carolina B. R. Vergnano (MAST).
- "O Instrumento Científico enquanto Objeto Museológico" iniciado em 2004 e finalizado em 2006; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Claudia Penha dos Santos (MAST), Monica Penco (MAST), Katia Bello (MAST), Zenilda Ferreira Brasil (MAST).
- "Objetos de C&T como Fonte Documental para a História das Ciências", iniciado em 2004 e finalizado em 2009; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Claudia Penha dos Santos (MAST), Janaína Lacerda Furtado (MAST), Danielle Siqueira Silva (MAST), Davi W. Gomes/ Roberto César (MAST), Mariana Lamas Bezerra (MAST), Jose Mauro Matheus Loureiro (UNIRIO).
- "Divulgação Científica: as coleções e seu papel na linguagem expográfica", iniciado em 2007 e finalizado em 2010; equipe: Maria Lúcia N. M. Loureiro (coordenadora), Janaína Lacerda Furtado (MAST), Antônio Carlos de Souza Martins (MAST), Cláudia Regina Alves da Rocha (MAST), Thiago da Silva Alves (MAST), Dalila Tiago do Nascimento Furtado de Mendonça (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ), Alexandra Aparecida Gobatto Rodrigues (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ), Sabrina Damasceno Silva (Museu Nacional), Daniel Maurício Viana de Souza (colaborador), Luciene Pereira da Veiga (colaborador), Márcia Brandão Alves (colaborador);
- "Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa", iniciado em 2007 e finalizado em 2013; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Claudia Penha dos Santos (MAST), Maria Lucia N. de Matheus Loureiro (MAST), Marta Lourenço (MCUL), Maria do Carmo Elvas (MCUL), Patrícia Medeiros (MCUL), Filipe Ferreira (MCUL), Rosali Fernandez de Souza (IBICT), Paolo Brenni

(Fondazione Scienza e Tecnica, Florença), Ermelinda Ramos Antunes (MFUC), Catarina Pires e Gilberto Pereira (MFUC), Marisa Monteiro (MFCUP), Catarina Leal e Susana Marreiros (MFISEL), Antonio Luciano Gandini (MCUFOP), Gilson A. Nunes (MCUFOP), Alfredo Sotto e Vera Lúcia Cabana (Colégio D. Pedro II), Helói Fernandes Moreira (Museu da Escola Politécnica da UFRJ).

- "Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro", iniciado em 2006 e ainda em curso; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Marcio Ferreira Rangel (MAST), Cláudia Penha dos Santos (MAST), Fernanda Pires Santos (MAST), Elias da Silva Maia (MAST), Liliane Bispo (MAST), Pedro Louvain (MAST), Ethel Handfas (MAST), Marta Lourenço (MCUL), Pedro Ruiz Castell (Universidad de Valencia), Suely Ceravolo (UFBA), Emanuela Sousa Ribeiro (UFPE), Gilson Nunes (UFOP), Maria Leticia Mazucchi Ferreira e Francisca Michelon (UFPEL), Monique Magaldi (UNB).

- "A Construção e Formação de Coleções Museológicas", iniciado em 2011 e ainda em curso; equipe: Marcio Rangel (coordenador/MAST), Cláudia Penha dos Santos (MAST); Marcus Granato (MAST); Maria Lucia N. de Matheus Loureiro (MAST); Monica Penco Figueiredo (MAST), Mário de Souza Chagas (IBRAM/UNIRIO).

- "Pesquisa e Desenvolvimento de Metodologias de Conservação e Caracterização Microanalítica de Objetos Metálicos pertencentes a Coleções Científicas Arqueológicas", iniciado em 2010 e ainda em curso; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Guadalupe do Nascimento Campos (MAST), Guillermo Solórzano (PUC/RJ), Virginia Costa (Istitute des Recherches Archeologiques), Ricardo de Oliveira Dias (MAST).

- "Musealização como Processo Informacional" iniciado em 2011 e ainda em curso; equipe: Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro (coordenadora/MAST), Marcio Rangel (MAST), Cláudia Penha dos Santos (MAST); Marcus Granato (MAST), Jose Mauro Matheus Loureiro (UNIRIO), Daniel Maurício Viana de Souza (UFPEL), Sabrina Dasceno Silva (Museu Nacional/UFRJ), Carlos Xavier de Azevedo Neto (UFPB).

- "Políticas de Preservação do Patrimônio: uma análise dos processos de tombamento (1988-2012)", iniciado em 2013 e finalizado em 2015; equipe: Daniela Carvalho Sophia (coordenadora/MAST), Maria Lucia de Niemeyer M. Loureiro (MAST) e Marcio Rangel (MAST).

- "Patrimônio Cultural Luso-Brasileiro de Ciência e Tecnologia: pesquisa, análise e acessibilidade", iniciado em 2014 e ainda em curso; equipe: Marcus Granato (coordenador/MAST), Marcio Ferreira Rangel (MAST), Claudia Penha dos Santos (MAST), Fernanda Pires Santos (MAST), Ethel Handfas (UNIRIO), Emanuela Sousa Ribeiro (UFPE), Maria Alice Ciocca de Oliveira (OV/UFRJ), Marta Lourenço (Universidade de Lisboa).

No Departamento/Coordenação de Documentação e Arquivo

- "Arquivos Científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C&T no Rio de Janeiro", iniciado em 2004 e finalizado em 2008; equipe: Maria Celina Soares de Mello e Silva (coordenadora/MAST), Vera Lúcia da Ascenção Rego (MAST), Bruno Trece (MAST).

- "Estudo da Espécie e Tipologia Documental de Arquivos de Ciência e Tecnologia", iniciado em 2010 e ainda em andamento; equipe: Maria Celina Soares de Mello e Silva (coordenadora/MAST), Daniel Maia Cavalcante (MAST), Luana de Almeida Nascimento (MAST), Márcia Cristina Duarte Trancoso (MAST).

- "Organização de Arquivos Pessoais de Cientistas", iniciado em 2008 e finalizado em 2011; equipe: Maria Celina Soares de Mello e Silva (coordenadora/MAST), Heloisa Moraes da Costa Marques (MAST), Alexandre Vilela Oliveira de Souza (MAST), Gessonia Leite de Andrade Carrasco (colaboradora).

- "Estabelecimento de Parâmetros de Identificação de Obras para a Formação e o Desenvolvimento das Coleções Especiais da Biblioteca do MAST", iniciado em 2004 e finalizado em 2006; equipe: Ozana Hannesch (coordenadora/MAST), Lúcia Alves da Silva Lino (MAST), Fabiano Cataldo de Azevedo (colaborador).

- "Identificação de Materiais de Escrita e de Suporte em Acervos Científicos sobre Papel e Propostas de Tratamento", iniciado em 2004 e finalizado em 2006; equipe: Ozana Hannesch (coordenadora/MAST), Alexandre Vilela Oliveira de Souza (MAST), Gessonia Leite de Andrade Carrasco (colaboradora), Rafael Baptista (MAST), Ana Paula Corrêa de Carvalho (MAST).

- "Estudos sobre Tratamentos de Conservação e Restauração de Documentos sob a Guarda da Coordenação de Documentação em História da Ciência",

iniciado em 2006 e finalizado em 2010; equipe: Ozana Hannesch (coordenadora/MAST),

- "Estudos de Conservação Preventiva de Documentos Científicos e Históricos", iniciado em 2012 e ainda em andamento; equipe: Antonio Carlos Augusto da Costa (coordenador/MAST), Ozana Hannesch; Gustavo de Souza Sant'Anna (bolsista PCI).

- "De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa arquivística como subsídio para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário", iniciado em 2014 e ainda em andamento; equipe: Maria Celina de Mello e Silva (Coordenadora); Everaldo Pereira Frade (MAST); José Benito Yárritu Abellás (MAST); Beatriz Carvalho Betancourt (Bolsista PCI).

